

EMISSION DE NOTA FISCAL

Prefeito garante que não há irregularidades no serviço

>> **Paulo Ramos**
Redação DS

Uma denúncia chegou via whatsapp ao Jornal Diário da Serra, afirmando que a Prefeitura Municipal de Tangará da Serra teria trocado a empresa de emissão de nota fiscal irregularmente sem licitação. A denúncia dava conta de que o serviço não era feito pelo Ibam [Instituto Brasileiro de Administração Municipal], instituição sem fins lucrativos que intermediou o negócio, mas sim pela Benefix, braço da Xerox no Brasil.

Na denúncia, de acordo com a empresa

prejudicada, a Fisslex, além de o serviço oferecido por eles ser mais completo, o preço praticado é inferior ao da nova empresa. “Nosso sistema oferece uma gestão aprimorada dos módulos de notas fiscais. Integramos todos os sistemas para que o cruzamento de dados seja feito com maior agilidade e confiabilidade. Para completar, nosso preço é mais baixo que o da Benefix”, disse um representante da área técnica da empresa.

De acordo com o prefeito de Tangará da Serra, José Pereira Filho do PT, não há nenhuma irregularidade na ação realizada pela prefeit-

ra e que a empresa que realiza o serviço não tem fins capitalistas. “Não há irregularidade, não há necessidade de licitação neste caso”, afirmou.

Em outra vertente, a Assessoria de Imprensa do Município destacou que a empresa que está realizando o serviço não possui fins lucrativos, mas que existe uma taxa que é repassada para que haja manutenção do sistema. Segundo informações do Executivo, a Secretária de Fazenda, Valnicéia Picoli Barbosa, teria as informações concretas, mas ela estava em viagem e não conseguimos entrar em contato com ela.



Prefeito José Pereira Filho

COFRES PÚBLICOS



Parte das obras do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)

Obra do VLT já consumiu R\$ 896 milhões

>> **Renê Dióz**
G1 MT

Os cofres públicos de Mato Grosso já destinaram R\$ 896 milhões em recursos para a implantação do metrô de superfície Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Cuiabá e Várzea Grande. Divulgado pela Secretaria Extraordinária da Copa (Secopa), o montante pago até este mês representa 60,6% do valor total da obra, a mais cara licitada pelo poder público no Brasil para a Copa do Mundo deste ano. Afetada por atrasos, hoje a construção sequer possui data oficialmente estipulada para ser entregue e o Ministério Público prevê que não deve ser totalmente executada nem mesmo dentro dos próximos dois anos.

Ao todo, o estado

se comprometeu a desembolsar R\$ 1,477 bilhão para pagamento da obra. Segundo a Secopa, que divulgou o montante já pago, grande parte do valor do empreendimento, na ordem de R\$ 500 milhões, diz respeito à aquisição do chamado material rodante – trilhos, vagões e os demais equipamentos do metrô de superfície.

Todo esse material já foi importado e se encontra no canteiro do que será o centro de controle e operações (CCO) do sistema, ao lado do Aeroporto Marechal Rondon, em Várzea Grande, de forma que o restante do valor a ser pago deve corresponder em sua maioria à execução das obras de construção e instalação ao longo de 22 km de trajeto na região metropolitana.

JUSTIÇA

Secgts entra com ação trabalhista contra o Atacado Modelo



Ação iniciada pelo Sindicato dos Empregados em Geral de Tangará da Serra foi tomada após o Grupo Modelo pedir falência

>> **Rodrigo Soares**
Redação DS

O Sindicato dos Empregados do Comércio em Geral de Tangará da Serra (Secgts) ajuizou uma ação na Justiça do Trabalho com pedido de liminar para expedição de alvarás em nome de 32 empregados que trabalharam no Supermercado Atacado Modelo, que decretou pedido de falência.

A ação foi ingressada para que sejam liberados os saques do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e as guias do seguro desemprego. De acordo com a

advogada do setor jurídico do Secgts, doutora Fabiana Moreti, o Ministério Público deverá protocolar esse mesmo tipo de ação em Cuiabá envolvendo mais de mil trabalhadores.

“Primeiro o Grupo Modelo tentou plano de recuperação judicial, mas não foi possível e agora eles protocolaram em Cuiabá o pedido de falência que está sendo aguardado na mão do magistrado que vai decidir se vai caber mesmo ou não a falência”, afirmou a advogada.

Segundo o secretário do Secgts, Valdemar Manrich, esse é um trabalho efetivo do Sindi-

cato que busca garantir e preservar os direitos dos trabalhadores. “A partir dessa liberação do FGTS, vamos fazer uma reunião para que a gente faça a ação principal, buscando os direitos de saldo de salário, 13º, férias proporcionais e seus reflexos de horas extras e ainda o recolhimento do restante do FGTS, que desde setembro de 2012 a empresa não recolheu. Será pedido ainda a multa sobre o atraso das rescisões de contrato”, explicou Valdemar, ao destacar que o Sindicato juntamente com seu setor jurídico busca defender o interesse individual e coletivo de

todos os trabalhadores.

Coincidentemente, a decisão de declarar pedido de falência foi tomada no mês em que o grupo completaria 30 anos de atuação no Estado.

Com uma dívida orçada em R\$ 184 milhões, o grupo estava em processo recuperação judicial, que começou em fevereiro de 2013.

O Pedido de Autofalência do Supermercado Modelo consta em protocolo com data de 1º de setembro, na Vara Especializada de Falência, Recuperação Judicial e Cartas Precatórias de Cuiabá. A decisão caberá ao juiz Flávio Miraglia Fernandes.